



# 50 ANOS DE HISTÓRIA: ALTERAÇÕES GEOPOLÍTICAS E GEOESTRATÉGICAS

Na comemoração do meio centenário da *Revista da Armada*, correspondente a uma história ademais de ilustre já provecta, atendendo à volatilidade dos tempos que correm, cabe-me traçar umas quantas linhas sobre as alterações geopolíticas e geoestratégicas ocorridas entre 1971 e 2021, acompanhando o aniversário da Revista.

## EM PLENA GUERRA FRIA

Não é fácil fazer coincidir a história com datas precisas, mas também não é questão de meramente por lá adregar. Em 1971 ainda os Estados Unidos estavam mergulhados na Guerra do Vietname e, nesse mesmo ano, tinham estendido a guerra secreta no Laos. Talvez muito mais importante, sinal dos tempos, do novo peso da República Popular da China e do anúncio do presidente Nixon da existência de planos para uma viagem oficial à China, concretizada em 1972, esta adquire a vaga de Taiwan nas Nações Unidas.

Aquilo que se quer realçar com isto é, por um lado, as reverberações de média e longa duração na história, para as quais só conseguimos dispor de uma leitura mais equilibrada ao fim de uns quantos decénios, senão, em muitos casos, pelo menos um século e, por outro lado, as mudanças conjunturais não fáceis de prever, para já nada dizer dos acontecimentos revulsivos, dos cisnes negros, totalmente inesperados. Naturalmente, também essas reverberações de longa duração tem o seu quê de inesperado, na medida em que podemos a dado momento estar a assistir

a processos ainda a incoar, ou que ainda não se deixem perscrutar em toda a sua dimensão. Também pode acontecer simplesmente não termos olhos para a perspectiva de longa duração. Geralmente, o presentismo nem se apercebe do sentido das rupturas, quando as há, nem dos processos longos, vendo antes em cada facto um acontecimento, em geral uma catástrofe, cada vez menos um bom augúrio, procurando depois cenarizar, com base nas preocupações imediatas, o sentido do futuro, projectado não a partir da transitividade, do evoluir, mas das mais prementes e efémeras considerações coevas.

Em 1971 era fácil verificar que o empenhamento norte-americano no Vietname não corria bem, prognosticando, por sua vez, o reforço do bloco antagónico, liderado pela União Soviética, na Guerra Fria. Outrossim, pela China, a sair dos anos mais agudos da revolução cultural, ninguém terçava armas. E no entanto, as bases económicas da economia do Pacífico iam germinando, embora o maior dos oceanos não tivesse ainda a importância geoestratégica que veio a adquirir, tal a centralidade do Atlântico para o esforço norte-americano no confronto bipolar. O Vietname era



para os Estados Unidos uma resposta ao desafio da dita potência continental nos *shatter belts* e de modo algum sinalizava qualquer tentativa de inversão de prioridade oceânica.

Na verdade, a grande alteração, senão mutação, destes últimos 50 anos veio quase duas décadas depois, com a implosão da União Soviética, indirectamente derrotada no confronto da Guerra Fria. De forma inesperada, nomeadamente para os soviólogos, a queda da União Soviética, fruto da derrota interna e não da incapacidade estratégica, ou da deficiência militar (lembremo-nos que a designada revolução dos assuntos militares estava a dar os primeiros passos no Ocidente e que a mesma, na sua concepção, era de origem soviética), veio modificar todos os racionais geoestratégicos.

## PÓS GUERRA FRIA

O fim da Guerra Fria liberta desde logo a China, em transformação interna, obedecendo a lógicas próprias, é certo, do ónus de ser uma potência comunista em ascensão. Como o foco, o eixo orientador da confrontação (a URSS) tinha sido vencido, a ascensão chinesa não fazia perigar, na aparência, um bem maior, a capacidade de os Estados Unidos se imporem como principal baluarte de uma nova era. Chegou a falar-se de unipolaridade e de uma nova ordem mundial, e de exportar, se não a filosofia político-constitucional ocidental, a sua concepção político-económica para a China, a qual parecia ser um excelente receptor, tal como as economias da bacia do Pacífico, agora com grande dinamismo, e sem o peso industrial obsoleto, a remodelar, que fixava as economias da Europa Oriental, saídas da chamada Cortina de Ferro. Além do mais, ao aquecimento geo-económico do Pacífico começava a não corresponder uma incontestável primazia geoestratégica do Atlântico, porque a força geo-económica transatlântica, essa já estava consolidada, não havendo razões para continuar a colocar todos os ovos no mesmo cesto, como sói dizer-se.

Do fim da Guerra Fria decorrem outros acontecimentos subsequentes, tais como o reforçar da coesão europeia em torno da (hoje) União Europeia, cada vez mais politicamente autónoma em relação aos Estados Unidos, tanto por força da desnecessidade da garantia face ao colosso soviético que, durante mais de uma década, se esbarrondou vertiginosamente, como por intermédio de uma viragem centrípeta, movida em torno da Alemanha e do centro da Europa, escapando um pouco a uma dinâmica mais atlantista – resta saber até que ponto a saída do Reino Unido da União Europeia, à parte a conjugação de interesses momentâneos, não está relacionada com a viragem continental, escassamente remuneradora para os objectivos geoestratégicos britânicos.

Por outro lado, decorrem, também indirectamente, do fim da Guerra Fria os percalços relacionados com o terrorismo internacional, de inspiração islâmica. É verdade que, em particular por parte dos Estados Unidos, talvez tenha havido um excesso de zelo em armar, municiar e respaldar, ou, pelo menos, fazer vista grossa ao crescendo de radicalização islâmica, pois tais movimentos jamais ocultaram até mais não poder a sua agenda própria, que se não resumia de todo ao combate contra o invasor soviético no Afeganistão. Todavia, não é menos verdade que uma coisa é a ideia posterior de guerra contra o terrorismo, a segunda invasão do Iraque, a exportação do poderio da super-potência restante, outra, substancialmente diferente, é a previsão de que o mundo correria de forma necessária pelas baías pelas quais veio a correr, havendo, portanto, obrigação em prever que o cenário só poderia vir a ser aquele onde pontuou o islamismo radical. É a tal imprevisibilidade da história, das coisas humanas em geral, com as quais os cenaristas não atinam de todo.<sup>1</sup> De qualquer forma, o protagonismo desse radicalismo islâmico também sempre foi muito relativo, acaso perscrutemos as grandes linhas de continuidade ou de fractura geopolítica e geoestratégica, não só porque os seus recursos eram e são limitados, mas sobretudo porque o principal agente político de ampliação da ameaça, tirante o medo difuso, de uma sociedade obcecada pela segurança e a imunidade, foi a principal potência mundial, de acordo com os seus avatares próprios de projecção de poder.

Certo é que a Guerra Fria não explica tudo, e outras constâncias há para explicar a realidade internacional. À excepção de um curto período em que a Rússia, amputada do amparo da União Soviética, se encontrava em crise de liderança económica e existencial, razão pela qual os Estados Unidos procuraram seduzi-la, chegando mesmo a pensar fazer dela um parceiro privilegiado da NATO, uma vez que já não traduziria um perigo de maior, na verdade, a rivalidade de poder entre os Estados Unidos e a Rússia mantém-se. Revelando racionais geopolíticos e geoestratégicos discrepantes de longa duração acerca da projecção de poder na Europa e na Ásia. Quer dizer que a Guerra Fria não se limitava à ideologia e o seu rasto perpassa ainda hoje, independentemente dos regimes e das práticas internacionais, pelo ominoso acumamento da Rússia; racional verdadeiramente despropositado se observado a partir da projecção de Mercator e não da de Miller, e muito mais atoleimado ainda, no caso da Europa, visto ser a Rússia uma potência do concerto europeu há muito.<sup>2</sup>

Por outro lado, embora o fim da Guerra Fria explique parte da libertação da China, ou da pressão sobre a China, transformada em potencial mercado manufactureiro aos olhos da economia ocidental do imediato pós-guerra fria, a sua ascensão remete para uma complexa história interna, para o retomar do pungente mercado ribeirinho Indo-Pacífico, que apenas (e em parte) a época das canhoneiras pôde drenar para Ocidente, quando tinha sido sempre um mundo geo-económico altamente estruturado em termos funcionais, voltando de novo a sê-lo.



## POLIARQUIA EMERGENTE

No fundo, a cena internacional, tanto no imediato pós-Guerra Fria, como agora, revela uma poliarquia, em que a preponderância dos Estados Unidos é cada vez mais contestada, enquanto única super-potência restante. Nunca tendo configurado, muito menos hoje, uma situação de unipolaridade.

Preferimos falar em poliarquia, no sentido etimológico do termo, porque nenhuma das grandes potências internacionais faz parte de uma ordem ou de um concerto bem articulado, com as suas isometrias e isomorfias, se é que algumas vez o fez, se exceptuarmos aparentemente o período da Guerra Fria. Os diferentes pólos de poder parecem actuar de forma avulsa, porque soltos dessa ordenação, podendo por vezes fazer ressaltar a ideia de um poder ostensivo único. Uma percepção aparente que não corresponde à realidade, derivando antes da ilusão provocada pela invertebração de base. Na realidade, a poliarquia diz apenas da existência de diversos pólos de poder, não necessariamente simétricos, mas também não necessariamente assimétricos, e é tudo; não define, por força de uma tal invertebração, nenhuma modalidade de articulação de poder privilegiada, mesmo que esta se possa momentaneamente verificar.

Bem vistas as coisas, não se trata de nada particularmente espantoso, antes é uma consequência prática do poder ser um feixe de relações relativamente flutuante e cada vez mais ramificado. Num mundo globalizado, esta configuração desconfiguralizada e desconfiguralizante do poder, por assim dizer, que é a poliarquia, tende a agudizar-se e deparamo-nos com distintas esferas do poder que ora se sobrepõem ora se afastam, mas não coincidem ordenadamente num todo tendencialmente isomórfico, seja ele multipolar, bipolar ou unipolar. A flutuação e deslizamento do próprio poder faz com que se torne praticamente impossível falar num pólo monopolizador das diferentes esferas de poder e mesmo dentro de cada uma delas é igualmente manifesta essa flutuação. Dramatizando com alguma liberdade o jargão, poder-se-ia dizer que o recorte internacional do poder está cada vez mais fractalizado. Podemos facilmente avaliar de um tal estado de coisas, olhando para os Estados Unidos, potência sem rival em determinadas esferas e face a outros pólos. Pois bem, mesmo na esfera em que a superioridade norte-americana é maior, a militar, os Estados Unidos ficaram recentemente atolados em duas guerras com características subversivas, quer do ponto de vista do exercício remunerador do aparelho militar nesse tipo de guerras, quer da óptica das repercussões estratégicas, assinaláveis a todos os níveis, ao esticar o dispositivo quase até à sua extensão máxima, algo nunca ocorrido no Vietname, apesar do empenhamento quantitativo e qualitativo da força ter sido muito maior. Neste contexto, a única coisa a concluir é que as diferentes esferas de poder interagem e fazem-no de forma complexa e não-harmónica. Fazendo bruxulear uma vez mais o indómito conceito de poliarquia. De resto, em perfeita consonância com o carácter assistémico das relações internacionais de facto, quer por via da ideia e prática da soberania (e talvez do carácter cada vez mais dúctil do poder em si), quer por força da guerra, ambos elementos estruturantes da cena internacional e ambos ontológica e fenomenologicamente assistémicos; para nada dizer do próprio sentido constitutivo da acção humana, valha o pleonasma.<sup>3</sup>



## E PORTUGAL...

Por fim, umas quantas linhas sobre Portugal. Porque no caso português, a não ser indirectamente, por via do reforço centrípeto da União Europeia, a que Portugal aderiu em 1986, enquanto CEE, e da desvalorização relativa mas paulatina do eixo transatlântico, compreensível, atendendo à projecção de Miller, logo que o prato da balança do Pacífico se equilibrasse para os Estados Unidos, caso a Guerra Fria diminuísse de intensidade ou até acabasse, o que veio a ocorrer; pois bem, dizíamos, fora isso, para Portugal, a paradoxal grande alteração não decorre da Guerra Fria mas da concomitância, nos temos da conjuntura longa (mediada apenas de uma dúzia de anos de distância), entre o fim do império ultramarino e da entrada na então Comunidade Económica Europeia. Afinal, aquilo que se revelou paradoxal foi a perda do protagonismo geopolítico e geoeconómico atlântico em detrimento da relação intra-europeia. Não sucedeu verdadeiramente assim em termos geoestratégicos, daí relevando uma certa tensão entre a política e a estratégia, por resolver, aumentada pelo incremento putativo da zona económica exclusiva portuguesa e pelo necessário crescimento (por efectivar) e operacionalização de meios navais correspondentes.



**António Horta Fernandes**

Docente do Departamento de Estudos Políticos da FCSH-UNL,  
Investigador do IPRI

**N.R.** O autor não adota o novo acordo ortográfico.

### Notas

<sup>1</sup> Sobre as fontes da indeterminação, MacIntyre já lhes respondeu de forma cabal e de uma vez por todas. Veja-se Alsdair MacIntyre, *After Virtue: a study in moral theory*, third edition, Notre Dame, Ind., University of Notre Dame Press, pp. 88 e ss, 2007.

<sup>2</sup> Mostrando, por conseguinte, que, no caso norte-americano, a oposição à Rússia é mais funda do que uma oposição ideológica e geopolítica, sendo mesmo antropológica. Veja-se David Foglesong, *The American Mission and the "Evil Empire". The crusade for a "free Russia" since 1881*, New York, Cambridge University Press, 2007.

<sup>3</sup> Tudo isto sem contar com a não necessária congruência entre o poder como imposição, leve ou pesada, e o poder como determinação de modos de vidas. Para além da *décalage* na efectivação e no resultado, imprevisível à partida, entre potência e poder como aplicação adaptada (e forçosamente alterada) da potência no ponto.